

Mercosul

Manoel Américo Junior

CELPA, Brasil

1. A inserção do Mercosul na globalização

A América Latina, como um todo, vem passando por um período de adaptação às novas regras internacionais de negociação em bloco, à exemplo do que vem ocorrendo na América do Norte, na Ásia e na Europa. Os países sul americanos, por sua vez, vêm envidando esforços no sentido de conseguir a tão almejada união entre os países do cone sul com os do lado norte, às proximidades do Caribe. Entretanto, adiantando-se à criação de um bloco mais abrangente, envolvendo os demais países andinos, os quatro países situados mais ao sul do continente sul americano criaram o Mercosul.

O Mercosul é, ao mesmo tempo, modelo e processo de integração econômica, política e cultural, que procura meios comuns entre os países membros, para enfrentar os desafios da economia globalizada deste novo milênio. Esse bloco surgiu ao amparo do sistema multilateral de comércio e pretende manter-se sob suas regras, constituído de um foro específico com atribuição de assegurar a confirmidade de todos os atos firmados pelos quatro parceiros de integração, com compromissos assumidos perante a OMC, da qual se submete hierarquicamente à aprovação para ser aceito nas discussões sobre o comércio mundial. O projeto, em andamento, passa atualmente por profundas articulações, negociações intensas, reformulações de disposições e regulamentos, em vários setores. Além de acordos comuns, o fortalecimento das relações bilaterais, por meio de novos acordos de complementação econômica e de livre comércio, tem sido uma constante e uma saída para a consolidação e integração regional.

O Mercosul tem como membros efetivos a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, cujo estatuto vigora desde o início de 1995. A consolidação desse mercado não ficou imune a dificuldades e problemas, e sofreu algumas vezes, ameaças de interrupção. No entanto, a vontade política dos quatro governos e a flexibilidade das equipes de negociadores permitiram superar os obstáculos. Um dos fatos que demonstra a habilidade e harmonia para superar problemas

aconteceu na reunião realizada em Buenos Aires, em agosto de 1994, quando os presidentes dos quatro países chegaram a um acordo em torno do intrincado assunto da Taxa Externa Comum (TEC), que passou a ser o embrião do bloco.

2. Caracterização de um dos países membros: Brasil

Com a implantação do Plano Real de Ajuste Econômico, lançado em fevereiro de 1994, o Brasil conseguiu reduzir a inflação a uma taxa mensal de 1,2 %, frente a de 45 %, em junho de 1993. Atualmente, essa taxa está oscilando em torno de 4 % ao ano, podendo terminar 2001 com 4,5 %, que os analistas dizem configurar uma situação real e segura de que a economia brasileira atingiu o seu ponto de equilíbrio, após ter enfrentado todo o tipo de intempéries provenientes do cenário econômico internacional.

A melhoria do ambiente doméstico, somada a um ambiente externo favorável, (Estados Unidos e o preço do petróleo), permitiu ao Banco Central daquele país reduzir a taxa de juros, de aproximadamente 30 % para 15,75 % ao ano. Com a inflação sobre controle, e não havendo impactos externos, há espaço para mais cortes até o final de 2001.

O Programa anti-inflacionário estabeleceu rigoroso ajuste fiscal que vem, até hoje, baseando-se no corte de gastos e na maior arrecadação tributária.

Como a situação do Brasil, no que concerne aos aspectos econômicos, é das melhores, os outros países vizinhos sentem-se mais à vontade para desenvolver suas políticas com segurança e esperança num futuro promissor, dado a grandiosidade e pujança do mercado brasileiro, principalmente para os bens de consumo, produzidos pelos países menos industrializados.

A economia brasileira entrou no ano 2001 contabilizando uma sequência de crescimento econômico, iniciada em meados de 1999, caracterizando-se um processo de invejável expansão, graças ao seu Parque Industrial reestruturado e modernizado, capacitado a enfrentar a concorrência internacional. O PIB cresce a um ritmo de 4 % ao ano, podendo atingir, ao final do segundo semestre, os 4,5 %, o que é um fator indicador de que a economia vem crescendo. Empresas nacionais sempre investindo para atender à maior demanda por produtos e serviços e consumidores com maior poder de compra, são fatores que mantêm a economia em alta. Acrescente-se a isso, os investimentos externos que, em 1990 não passavam de 1 bilhão de dólares por ano, mas chegaram a atingir, nos últimos três anos, 60 bilhões de dólares, provenientes das grandes multinacionais dos setores automobilísticos, telefonia, petrolíferas e energia, principalmente deste último que encontra um vasto campo de crescimento, pois

o Brasil precisa dobrar a sua capacidade de geração dos atuais 64 mil Megawatts até 2004, sob pena de sofrer blecautes.

Um dos fatores que se descortina para dar sustentação a economia brasileira dos dois próximos anos, e que poderá garantir um leque de oportunidades de trabalho, é a contínua queda da taxa referencial de juros (SELIC), que de um patamar de 40 % ao ano, despencou para aproximadamente 15 %, podendo cair ainda mais em função de três fatores: o desempenho favorável das contas públicas; a queda da taxa de juros básicos dos Estados Unidos e uma meta inflacionária mais baixa no Brasil.

Todos esses fatores são estimulantes ao investidor estrangeiro, e aliados aos serviços e aos processos tecnológicos já bastante modernizados, e conseqüentemente, à alta qualidade dos produtos brasileiros, dão segurança para os agentes econômicos interpretarem como uma trajetória de crescimento sustentado e duradouro, portanto, favorável a maiores somas de alocação de capital naquele país.

O governo brasileiro mantém diversas obras infra-estruturais em andamento, e tudo indica que até o final de 2002, aplicará um expressivo volume de investimentos que deverão ser realizados, particularmente, nos setores de energia e de telecomunicações, onde se configura importante demanda adicional de consumo e de geração de renda e emprego.

Por tudo isso e por tudo o mais, acredita-se num processo de crescimento sustentado com estabilidade monetária, até o final do mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que amplia o campo de oportunidade para os demais países membros do Mercosul, bem como para os mais novos sócios, o Chile e a Bolívia, que podem ter seus investimentos expandidos entre si, criando demanda por mão de obra especializada.

Há um consenso geral, de que a integração regional é a melhor forma para derrubar as barreiras impostas pelos E.U.A., tendo à frente o Brasil. Na verdade, os países do Mercosul são geograficamente muito distantes dos mercados mais desenvolvidos. Esses mercados, por sua vez, têm periferias próximas, capazes de produzir para eles. Os mentores da política do Mercosul sabem, muito bem, que só conseguirão ter benefícios importantes, se tiverem um mercado interno, unido, forte e bastante atraente, aumentando a capacidade de negociação para demandar investimentos diretos para setores vitais da economia.

O presidente do Brasil, Sr. Fernando Cardoso, é categórico em afirmar, que “o importante são as continuidades das negociações, e não a antecipação do calendário para a criação da ALCA”, e nisso é apoiado pelo Senado Federal daquele país. A posição brasileira, dentro do bloco do Mercosul, parece ter peso significativo, não só pela liderança diplomática que exerce há muitos anos, com

também, pela crise sem precedentes enfrentada pela Argentina, que depende da colaboração brasileira para se recuperar o mais rápido possível. A posição do Mercosul parece ter apoio da União Européia (EU), que deverá acelerar entendimentos com o bloco sulamericano, tendo em vista um Acordo de Livre Comércio, via um cronograma intenso de negociações, ao longo do segundo semestre deste ano, que permitiria avançar no tempo, e ficar à frente da área de livre comércio propalada para as Américas.

3. Criação da “tec” e negociações

As dificuldades para definir a TEC – instrumento aplicado às importações de terceiros, países foram enormes. Através desse instrumento, O Mercosul submete-se à competitividade externa e evita que a indústria de um país seja mais protegida que a de outros. Em 1994, em Buenos Aires, os ministros de economia e das relações exteriores aplainaram as diferenças, e um acordo à respeito da TEC tornou possível o funcionamento do Mercosul.

Desde o primeiro dia de 1995, o Mercosul trilha um caminho razoavelmente bem traçado, em que pese problemas circunstanciais a enfrentar, para que se consolide o mercado único no ano de 2006, conforme planejado. Como já vem acontecendo, os países membros continuarão discutindo temas fundamentais, tentando chegar a um denominador comum quanto às questões trabalhistas e unificação monetária. Deverão, também, juntar esforços para concluir processos pendentes desta fase de transição, tais como os relacionados com a desgravação tarifária, a TEC e as regras de origem.

O certo é que o êxito almejado pelo Mercosul vem dependendo da coordenação das políticas macroeconômicas, que envolve supressão das diferenças antagônicas existentes nas estratégias adotadas por cada um dos países integrantes do acordo. A par disso, num ponto todos eles são unânimes em afirmar: “A manutenção da estabilidade econômica e política é desejável e inquestionável”.

Atualmente, novas perspectivas estão se abrindo para a Bolívia, uma vez que o governo brasileiro, através da empresa petrolífera Petrobrás, tem interesse de firmar acordo para aumentar a oferta de gás boliviano no mercado brasileiro. O acordo prevê a ligação das reservas de gás do sul da Bolívia ao gasoduto binacional já existente, ampliando-se assim a capacidade de geração, transporte e entrega do produto em áreas mais espraçadas pelo território brasileiro. Portanto, este poderá ser o ano do início de novas negociações econômicas entre a Bolívia e o Brasil, com vantagens para ambos os lados, evidenciando-se a estratégia de “regionalismo aberto” do bloco.

4. Divergências entre o Mercosul e o Nafta

A partir de uma reunião de cúpula, organizada pelos Estados Unidos, que reuniu em dezembro de 1994, em Miami, cerca de 34 chefes de Estado Latino-Americanos, para discutir as bases de um acordo de livre comércio, com data de referência, inicialmente, para o ano de 2005, o governo brasileiro passou a ter peso nas negociações dos dois processos originais, ou seja, a consolidação do Mercosul e a criação da Alca, ao enfrentar os Estados Unidos na busca de espaço em áreas dominadas pelas países avançados, como propriedade intelectual, patente e serviços.

O Brasil começou a defender a sua posição sobre as suas recentes conquistas no setor de informática e no avanço do manejo da biodiversidade, reclamando para si certa independência no domínio da genética e de produtos que viessem a ser desenvolvidos a partir de plantas brasileiras. Nesse confronto bilateral, na década passada, o governo brasileiro, além de abrir a economia, aboliu a reserva de mercado no setor de informática e reformulou a Lei de Patentes, entre outras providências de interesse norte-americano. É verdade que cedeu parte de seus interesses, mantendo em andamento algumas reivindicações. Mas o mais importante de tudo isso é que conseguiu se consolidar como líder absoluto do Mercosul, posição essa reforçada, em 2001, com a situação menos favorável da Argentina. Agora que as negociações sobre a antecipação da criação da ALCA estão mais acirradas, o Brasil talvez volte à carga reivindicando para si, mas abertura do mercado norteamericano, não só para os produtos agrícolas, como também para os manufaturados e bens de alta tecnologia.

Em alguns pontos os dois países se assemelham: O Brasil tem um território quase tão grande quanto o dos E.U.A., assim como uma população significativa, que acrescida dos seus vizinhos do Mercosul, abocanha parte considerável do PIB da América Latina. O interesse brasileiro é de apoiar a integração hemisférica, através de constantes negociações, sem abandonar a prioridade atribuída à consolidação do Mercosul, sempre mais leal aos acordos firmados no âmbito da Rodada Uruguia do GATT.

A grande divergência está no desejo dos E.U.A que o processo se inicie pela liberalização econômica, enquanto que os países do Mercosul entendem que deve haver uma redução gradual das tarifas com procedimentos alfandegários harmonizados e regras de origem claras e previsíveis. A principal diferença entre as duas propostas é o ritmo das negociações e as prioridades. Se o Mercosul teme abrir seu mercado para setores novos como serviços, os E.U.A resistem em reduzir subsídios à agricultura, sendo isto um grande problema a ser resolvido nas futuras negociações.

A posição do Mercosul é evitar expor precocemente as economias dos quatro países, durante as negociações que cada membro está fazendo com os E.U.A, principalmente tendo em vista o tamanho do mercado e a capacidade competitiva dos norte-americanos. Para o Mercosul é interessante participar da futura ALCA, desde que em conjunto, em forma de bloco, pois assim entende que representa uma força política muito eficaz. Sendo área de livre comércio, a ALCA, a ser criada a partir do NAFTA, não tem tarifas de importação ou políticas aduaneiras unificadas, enquanto o Mercosul é uma união aduaneira nos moldes da União européia, o que significa que está em patamar mais avançado na integração regional, podendo avançar tendo o Brasil como líder e global player. Uma outra vantagem que o Mercosul leva nessa fase de consolidação é que as suas negociações internas não são tão complicadas quanto as que envolvem a ALCA, cujo processo implica o reconhecimento dos desafios inerentes a negociações entre 34 países, marcados por grandes diferenças, tais como, tamanho de mercado, estrutura de suas economias, características sociais e culturais. Na qualidade de União aduaneira, os princípios do Mercosul são, perfeitamente, compatíveis com o disposto no artigo 24, do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), e com as disposições do Acordo de Marrakesch, que estabelece a Organização Mundial do comércio (OMC). Aliás, em todas as suas decisões, o Mercosul consulta a OMC e segue as regras da Organização, o que comprova o caráter transparente e não excludente da iniciativa de integração.

5. Negociações e controvérsias recentes

O Mercosul vem se impondo às exigências norte-americanas quanto a aceleração das negociações e a antecipação da data de funcionamento da ALCA. O acesso a mercados é de interesse de todos os países do Mercosul e de outros países do continente. Portanto, sem garantias de espaço haverá dificuldades nas negociações. Aparentemente, o Brasil ganhou mais um parceiro, pois o Presidente do Chile, Ricardo Lagos, tem afirmado que o seu país não insistirá mais na antecipação do fim das negociações para 2003, posição defendida pelo E.U.A e Canadá. As autoridades brasileiras não se cansam de afirmar que a estratégia brasileira continuará se concentrando na necessidade de resolver questões que envolvam barreiras tarifárias e legislação antidumping dos E.U.A e os subsídios à produção e exportação que este país e o Canadá vêm empreendendo.

Os países do Mercosul vivem hoje um divórcio entre o pensamento macroeconômico e estratégico, ante a possibilidade de associar-se aos Estados

Unidos, pois ao mesmo tempo, que a economia dos Estados Unidos fascina pela enorme capacidade de demanda que advém dela, mas assusta com a realidade de não conseguir exportar nada sem obstáculo, modificando as legislações Antidumping, das barreiras não-tarifárias, nas reformas dos programas de subsídios agrícolas. Neste contexto, o Brasil vem tendo o apoio da Argentina, e juntos priorizaram a qualidade de demanda a qualidade dos acordos, e não mais o calendário para a constituição da ALCA.

6. Mercosul: metas de curto prazo, de longo prazo e fatos em andamento

Metas de curto prazo

Ao que parece a integração completa ainda está por vir. Hoje se tem uma união aduaneira, vigente desde 1995, o que é, sem dúvida, muito importante. Transcorridos seis anos desde o Tratado de Ouro Preto, no Brasil, a integração regional vem avançando, lentamente, em uma série de setores da economia, tais como indústria, comércio, turismo e intercâmbios técnicos e culturais. Os avanços sanitários, por exemplo, não são apenas um passaporte para o aumento das exportações dos países do Mercosul; são também a prova de amadurecimento de uma sociedade de cidadãos livres, conscientes de seus direitos e deveres, de consumidores e produtores, num mundo globalizado, cruelmente competitivo e perigoso. Os países membros têm que ser audaciosos em certos setores da economia, e cautelosos em outros. Cada um, por seu turno, tem que estar alerta para certos fatos muito em voga, hoje em dia: o contrabando; o tráfico de drogas; a lavagem de dinheiro e o terrorismo internacional, que estão sempre à espreita, representando ameaças à sangria de divisas nacionais.

É evidente que esses elementos, isolados ou combinados, são possibilidades constantes de atentados, a perturbar as negociações e o avanço da consolidação completa do bloco, em todos os sentidos. Acrescente-se a esses, a prática usual do protecionismo, que impede que matérias-primas, cujas potencialidades naturais são de valor incomensurável para a ciência, sejam transformadas em produtos tangíveis.

Se fosse possível construir, entre os países do Mercosul, um Centro Comum de Pesquisa de Essências Naturais e um Centro Comum de Controle de Energia, talvez fosse certo avançar, rapidamente, na criação de uma Autoridade Comum Sanitária e Aduaneira, que viesse facilitar a consolidação da tão sonhada União Política Latino-Americana. Estes gestos ratificariam a vontade de união com os membros do NAFTA, com quem o Mercosul

empreenderá contínua e intensa negociação a cerca da Área de Livre Comércio das Américas.

Observa-se que a preocupação gira em torno dessas questões. Desse modo, tudo indica que esses temas farão parte das próximas rodadas de negociação, tanto no nível interno como no externo. O pensamento comum das equipes dos membros do bloco sulamericano voltar-se-á para a criação de uma Autoridade Sanitária que vele pelo cumprimento dos programas sanitários de cada país membro, que exija ações emergenciais, aplique sanções e estabeleça formas de cooperação e de combate às barreiras alfandegárias e protecionistas que obstruem o livre comércio.

É imprescindível conseguir melhor interação entre o pessoal de fronteiras, padronizar os códigos alfandegários e os mecanismos de controle contra práticas desonestas, o que resultará em aumento da receita direta e da competitividade para as empresas nacionais. A política de combate e prevenção do narcotráfico já é o bastante para justificar a urgente conveniência de ser criado uma Superintendência de Alfândega, com autoridade suficiente para aplicar normas comunitárias, com controles legais e procedimentos expeditivos e eficazes.

Na verdade, a falta de uma integração mais abrangente se faz sentir bem forte nos sistemas de transporte regionais. E isso resulta em sérios prejuízos para os empresários importadores e exportadores, sendo esta a conclusão do Diagnóstico sobre Infra-Estrutura de Transporte na América do Sul, elaborado pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). O estudo revela que pode haver demora de até cinco dias para transpor a fronteira no corredor viário que liga a cidade de São Paulo a Buenos Aires, o que implica em prejuízos da ordem de US\$ 71.25 milhões por ano. Nas doze principais estradas do Mercosul perdem-se US\$ 120.3 milhões por ano, em barreiras alfandegárias.

Metas de longo prazo

A Reforma Tributária é fundamental para estabelecer padrão de competitividade entre os países membros e melhorar as relações trabalhistas. Se os países não conseguirem evoluir nessa direção, podem enfrentar sérios problemas na sintonia de suas políticas, visando benefícios recíprocos.

A demora na reforma da Legislação Tributária inibe as exportações e o desenvolvimento de um país, além de estimular a sonegação de impostos e o comércio informal. Exportar torna-se mais dispendioso e os impostos incidem sobre os produtos em cascata. Portanto, o sistemas desses países têm que ter regras básicas sintonizadas, entre si, para que não se cometa injustiças. O cumprimento de implementar as reformas tributárias terá reflexos positivos no

volume de investimentos na produção, além de que serviria de apoio às exportações, refletindo também nas melhorias sociais. O importante das reformas, são as perspectivas que se abrem para que a economia cresça e a qualidade social avance, reduzindo a exclusão de levas e levas de cidadãos trabalhadores.

Por outro lado, a integração física entre o Mercosul e os outros países vizinhos é fundamental, para que as exportações se dêem a custos mais baixos dos que são praticados hoje. A par disso, o sonho brasileiro de ter saída para o Pacífico através do Peru, passa a ser mais uma perspectiva que se abre ao comércio internacional, caso venham a ser resolvidos os problemas econômicos daquele país. A possibilidade de uma firme integração física é o corredor terrestre Maldonado, no Peru a Rio Branco, no Brasil, que uniria a cidade de São Paulo aos Portos de Ilo e Matarani, ao sul do Peru, melhorando a logística e facilitando o intercâmbio comercial entre Brasil e os seus parceiros do Mercosul com os países da Ásia Pacific Economic cooperation (APEC). Da mesma forma, a entrada da Bolívia no bloco, viria acelerar as negociações entre o Brasil e aquele país, no sentido de ser construído um corredor de exportação que uniria o porto de "Arica", no Pacífico, à cidade de Cuiabá, no Centro-Oeste brasileiro, e partir daí a São Paulo e a cidade de Santarém, às proximidades do estuário do rio Amazonas, no Atlântico, ligando o Mercosul a esses dois pontos.

Fatos em andamento

As mudanças recentes no comando da política da Argentina, e o novo Plano de Recuperação, imposto pelo Ministro Domingo Cavallo, foi bem aceito pelo governo brasileiro e seu Ministro da Economia, Pedro Malan, bem como pelos governos dos demais países do bloco. Desse modo, houve um consenso em sacrificar temporariamente o Mercosul para ajudar a Argentina a sair da crise. Esse consenso já é uma demonstração de que o nível de integração inter-bloco foi alcançado. É um bom referencial de que os quatro países membros irão em busca de uma integração sulamericana, podendo se estender ao restante dos países da América-Latina.

Nesse sentido, o Brasil como detentor do maior mercado do Mercosul, concordou em ceder à Argentina ganhos na Tarifa Externa Comum (TEC). Assim sendo, a Argentina foi liberada a elevar o imposto de importação para 35 %, e reduzir a zero a tarifa para bens de capital, por um período temporário, possibilitando a redução de 20 % dos custos de produção e de exportação.

O governo brasileiro está consciente de que uma Argentina forte, sólida, sem crise, é de interesse de todo o bloco Nacional. Este pensamento tem lógi-

ca, pois a Argentina é o principal mercado regional para as exportações de máquinas e equipamentos produzidos no Brasil. O volume de vendas é, em média, de US\$ 1.7 bilhão por ano. Assim sendo, as exportações brasileiras para a Argentina podem até vir a aumentar, reforçando o interesse de países de fora do bloco a fazer parte do mesmo, como por exemplo, o Chile, a Bolívia, a Venezuela e o Peru.

É evidente que recuperada a economia da Argentina, volte a vigorar o regime de mesma tarifa livre de impostos para os produtos que circulam dentro do bloco.

7. Perspectivas

Feitas essas considerações, podemos afirmar que apesar das assimetrias econômicas, a consolidação do Mercosul já é uma realidade. O processo conta com uma adequada e crescente coordenação das políticas de cada um dos países-membros, e leva em consideração os seus legítimos interesses, adaptando-os às necessidades e exigências do grupo.

O Mercosul já passou por fases difíceis no final da década de noventa, desde a criação da Zona de Livre Comércio até a União Aduaneira, em vigor desde 1995. O objetivo agora é a constituição formal e plena do mercado único que exigirá, ainda, muitos sacrifícios e concessões dos países participantes. Entretanto, é preciso mais do que nunca, que os países integrantes conciliem suas diferenças, pesquisem os caminhos comuns e continuem no aprendizado de marchar juntos, pois o Mercosul talvez seja a única e a melhor opção, com perspectivas concretas, que se tem atualmente, de encarar o competitivo mercado mundial, evitando assim a evasão de divisas nacionais.

Os representantes do Mercosul saíram do Encontro, em Buenos Aires, dia 07 de Abril, com ar de vitoriosos, pois a data para a criação da ALCA manteve-se no ano 2005, como foi inicialmente acordado. Os setores privados dos EUA e do Brasil sabem que os avanços da ALCA dependem em boa parte do que esses duas maiores economias almejam, e irão tentar ajustar daqui para frente. Para facilitar a entrada de produtos industriais americanos no Mercosul, há que haver fortes concessões dos EUA na área agrícola. A abertura econômica daria um grande impulso à agricultura e a certos setores industriais do Mercosul. Mas para que isso venha ocorrer, além das reduções tarifárias exigidas pelo Mercosul há que acontecer o fim dos subsídios à exportação que distorcem o comércio. Vencido esse período de transição até 2005, onde serão eliminadas as barreiras sobre produtos mais sensíveis no comércio internacional, a maioria das

exportações agroindustriais e agrícolas do Mercosul terão boas chances de aumentar no Mercado do NAFTA, e por vias de consequências, no resto do mundo.

Bibliografia

Livros

- BARBA CASELLA, P. *Mercosul, exigências e perspectivas: integração e consolidação de espaço econômico*. São Paulo, 1996.
- DE ALMEIDA, P.R., *Mercosul, fundamentos e perspectivas*. Brasília, 1998.
- RODRÍGUEZ DE FREITAS JUNIOR, A., *Globalização, mercosul e crises do estado-nação: perspectivas para o direito numa sociedade em mudança*. São Paulo, 1997.
- SALAZAR BRANDÃO, A., L. Valls Pereira, *Mercosul, perspectivas da integração*. Rio de Janeiro, 1997.
- SIMONSEN ASSOCIADOS, *A Mercosul de fato: fatores de competitividade para o sucesso empresarial em un novo e forte mercado emergente*. São Paulo, 1998.

Revistas

- Revista Comércio exterior*, Informe Banco do Brasil, n° 15/1997.
- Caderno Especial do Jornal Gazeta Mercantil*, n° 253, março 2000, pp. 1 a 30.
- Dilemas da consolidação de uma União Aduaneira, *RBCE*, out/dez, 1996
- Mercosul, Padrão de comércio e Estratégias de Integração, *FUNCEX*, 1996,